

LIVRO TEXTO

< GESTÃO, TUTORIA E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO EM EaD >

<ROBERTA MENDIONDO>

2019

SOBRE O(A) AUTOR(A): Roberta Mendiando

Licenciada em Matemática pela UFRGS. Especialista em Educação e Tecnologias pela UFSCar. Mestre em Engenharia Ambiental pelo IFF . Cursou Especialização em Matemática para professores do ensino básico pela FURG. Docente em nível de graduação e pós-graduação desde 2006. Experiência de 13 anos como professora de Matemática no ensino fundamental. Docente no ensino superior há mais de dez anos. Professora conteudista para educação à distância nos campos da Educação, especialmente EaD e educação e tecnologias; Matemática e Estatística.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8359063230116377>

DESCRIÇÃO DAS AULAS:

- **Módulo I FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**
Histórico da modalidade a distância
Conceitos de EaD.
Tecnologias de Informação e Comunicação em EaD.

- **Módulo II ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EaD.**
As políticas públicas de EaD.
Planejamento e organização de sistemas de EaD.
Reflexões e contribuições para a implantação da modalidade em EaD.
Estratégias de implementação e desenvolvimento de EaD

- **Módulo III SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO EM EaD**
Sistemas de acompanhamento em EaD
Conceito de rede.
Estudante, Professor, Tutor
Experiências em Sistemas de Acompanhamento.

- **Módulo IV AVALIAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.**
Avaliação da aprendizagem.
Ferramentas de avaliação em Ead

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

GESTÃO, TUTORIA E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO EM EaD

Seja bem-vindo caro(a) estudante!

Nesta disciplina, você estudará acerca da educação a distância, analisando diferentes aspectos de sua estrutura, dentre os quais destaco:

- Histórico da modalidade a distância
- Conceitos de EaD
- As políticas públicas de EaD
- Planejamento e organização de sistemas de EaD
- Sistemas de acompanhamento em EaD
- Conceito de rede.
- Perfis de estudante, professor e tutor
- Sistemas de Acompanhamento em Ead.

O estudo sobre esta temática contribuirá com sua compreensão sobre elementos do campo da educação, e mais especificamente, da educação realizada a distância, passando por questões teóricas, práticas e tecnológicas.

Bons estudos!

OBJETIVOS:

Compreender a modalidade de educação a distância considerando questões teóricas e práticas associadas a suas tecnologias.

Módulo I - I INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Apresentação

Nesta aula, você estudará sobre o histórico e conceitos de Educação a distância, mídias e tecnologias associadas a essa modalidade.

Objetivo da aula:

Descrever o histórico e conceitos de EAD conforme diferentes autores.

Identificar tecnologias associadas a EaD.

Histórico da modalidade a distância

“A Educação à Distância não surgiu no vácuo” (KEEGAN, 1996), ao contrário, possui uma rica trajetória histórica, mas contada de formas diversas.

Alguns autores entendem que a primeira experiência de educação a distância ocorreu no século XV com a invenção da imprensa, por Gutemberg. Nesse novo contexto, o acesso ao livro, ou seja, ao conhecimento acumulado, não era mais privilégio exclusivo do professor, que lia o raro manuscrito em voz alta para os alunos nas escolas. O livro proporcionou o ensino de massa, implicando na possibilidade de formação de turmas com muitos alunos, por exemplo, para a alfabetização de massa. Antes da invenção do livro as classes eram pequenas, e o ensino, artesanal. (BASTOS, CARDOSO e SABBATINI, 2000)



Estátua de Gutemberg. Pixabay.com

Na história mais recente, a origem da EAD se estabelece pelos cursos por correspondência, iniciados no final do século XVIII e atingiram seu desenvolvimento no século seguinte. Neste contexto, a tecnologia inovadora foi o sistema de correios, por meio do qual se enviavam materiais (livros, apostilas, cartas) contendo os conteúdos dos cursos.



Veja esse anúncio:

“[...] Todas as pessoas neste país desejosas de aprender esta arte podem, com várias lições enviadas a elas semanalmente, aprender perfeitamente como aqueles que vivem em Boston”:

Esse trecho é de um anúncio do professor de taquigrafia Caleb Phillips publicado pelo *Boston Gazette* em 20 de março de 1728, onde o professor divulgava seu novo método de ensino de taquigrafia e oferecia curso por correspondência. Caleb Phillips entendia que qualquer pessoa, residente em qualquer cidade dos Estados Unidos, poderia aprender a técnica que ele ensinava. O material contendo as lições era enviado semanalmente, pelo serviço postal. Nesse sentido, você pode observar que mesmo em seus primórdios, a educação a distância tinha como objetivos a democratização do ensino e o acesso à educação e à capacitação profissional (CERIGATTO et al, 2018).

Alguns pesquisadores consideram que a troca de cartas entre os cristãos constitua os primórdios da educação a distância. Segundo Gouvêa e Oliveira (2006), as cartas de Paulo destinadas às igrejas localizadas na Ásia Menor, registradas na Bíblia, podem ser o marco da origem dessa modalidade. Essas



Valentin de Boulogne. *São Paulo escrevendo suas epístolas*. 1618-1620. Museu de Belas Artes de Houston. Licenciado sob Domínio público.

cartas, escritas em grego, traziam ensinamentos sobre como viver segundo os ensinamentos de Jesus Cristo, tendo sido enviadas às igrejas por volta do século I. (VASCONCELOS, 2005; ALVES, 2011; GOUVÊA; OLIVEIRA, 2006).

Segundo LANDIM (1997) a EAD esteve inicialmente associada ao trabalho de alguns professores, e já na segunda metade do século XIX, ela se estabelece institucionalmente. Alguns exemplos estão registrados, a seguir.

- 1856: Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt fundam a primeira escola de línguas por correspondência, em Berlim;
- 1891: Thomas J. Foster cria em Scranton (Pennsylvania), o *International Correspondence Institute*.
- 1892: Reitor William R Harper, que havia implantado o ensino por correspondência na formação de professores para escolas paroquiais, funda a Divisão de Ensino por Correspondência no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago; dentre outros.

Com o surgimento de meios de comunicação de massa como rádio, no início do século XX até a Segunda Guerra Mundial, foram realizadas diversas experiências com o objetivo de melhorar as metodologias aplicadas na educação a distância, ou à época, no ensino por correspondência.

Considerando NUNES (1993):

A necessidade de capacitação rápida de recrutas norteamericanos durante a II Guerra Mundial faz aparecerem novos métodos (entre eles se destacam as experiências de F.Keller para o ensino da recepção do Código Morse, v. Keller, 1943) que logo serão utilizados, em tempos de paz, para a integração social dos atingidos pela guerra e para o desenvolvimento de capacidades laborais novas nas populações que migram em grande quantidade do campo para as cidades da Europa em reconstrução.

Na experiência brasileira, a EAD aparece em 1904, quando Escolas Internacionais ofereceram cursos por correspondência, porém a partir dos anos 1930 é que essa estratégia se consolidou, com ênfase no ensino profissionalizante, se constituindo como alternativa na educação não formal, atendendo a demanda de pessoas que moravam longe dos grandes centros urbanos, ou que não tinham condições de cursar o ensino regular no período normal.

Conforme descrito por Hermida & Bonfim (2006), outras importantes experiências brasileiras, constam no quadro 1, abaixo:

| Décadas | Iniciativas |
|---------|--|
| 30 e 40 | Instituto Rádio Monitor. Instituto Universal Brasileiro. Rádio Sociedade do Rio de Janeiro Roquette-Pinto. Rádio-Escola Municipal Rio de Janeiro. Instituto Rádio Técnico Monitor, em São Paulo, instituição privada que oferecia cursos profissionalizantes. Universidade do Ar, da Rádio Nacional voltada para o professor leigo/ Instituto Universal Brasileiro. |
| 50 | Universidade do Ar - criada para treinar comerciantes e empregados em técnicas comerciais no Serviço Social do Comércio (SESC) e no Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC). Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA) passa a produzir programas transmitidos por diversas emissoras. Arquidiocese de Natal no Rio grande do Norte lançou um sistema de radiodifusão, cujo sucesso inspirou a criação do Movimento Nacional de Educação Básica (MEB). Movimento Nacional de Educação de Base, concebido pela Igreja e patrocinado pelo Governo Federal. |
| 60 | Solicitação do Ministério da Educação de reserva de canais VHF e UHF para a TV Educativa; a criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa na UFRJ/ Fundação Padre Landell de Moura - FEPLAM - RGS/ TV Universitária de Recife – Pernambuco. Fundação Maranhense de Televisão Educativa. Decreto n.º 65.239, de 1969, que criou o Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais – SATE, em âmbito Federal. |
| 70 | Associação Brasileira de Teleducação (ABT) ou Tecnologia Educacional/ Projeto Minerva, em Cadeia Nacional. Fundação Roberto Marinho inicia Educação supletiva à distância para primeiro grau e segundo graus. Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL). Projeto Sistema avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI); a Emissora de Televisão Educativa (TVE) Ceará. Projeto de Piloto de Teledidática da TVE. Projeto Logos - MEC; Telecurso do 2º grau; Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/ MEC. Projeto Conquista. Programas de alfabetização – (Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAF). |
| 80 | Universidade de Brasília cria os primeiros cursos de extensão à distância. Curso de Pós-Graduação Tutorial à distância. TV Educativa do Mato Grosso do Sul. Projeto Ipê. TV Cultura de São Paulo. Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos. |
| 90 | Telecurso 2000 e Telecurso Profissionalizante – Fundação Roberto Marinho e SENAI; TV Escola – Um Salto para o Futuro. Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO). Canal Futura – canal do conhecimento. Criação do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED; Sistema Nacional de Educação à Distância SINEAD; PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício. |

Quadro 1 : Exemplo de iniciativas de EAD, no Brasil (décadas de 1930-1990)

A partir dos anos 1990, a EAD se expandiu por meio das redes de computadores e os recursos multimídia (MOORE; KEARSLEY, 1996). Essa geração de cursos a distância se estabeleceu a partir do mais fácil acesso ao computador pessoal e, especialmente, à internet, que proporcionam aos estudantes opções de interação, por meio de ferramentas de comunicação síncronas (salas de chat) e assíncronas (grupos de discussão por e-mail), segundo observam McIsaac e Ralston (1997). Simultaneamente à evolução tecnológica, todos os eventos relativos à educação a distância, desde o primeiro anúncio feito em jornal, ou a primeira correspondência cristã, foram importantes para a difusão, o reconhecimento e a consolidação dessa modalidade.

Conceitos de EaD.

O conceito de Educação a Distância contempla informações e características que se relacionam mais com contextos históricos, políticos e sociais do que com a própria modalidade de educação.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é a primeira legislação brasileira a fazer referência à educação a distância. Apesar de ter sido criada em 1961, ela foi sancionada somente em 1996. Foi a partir daí que a educação a distância passou a ser reconhecida como modalidade de ensino em todos os níveis — graduação, educação básica e técnico.

Vamos iniciar pelo conceito de EaD proposto pelo Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, do Ministério da Educação (MEC):

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo

atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, art. 1º)

Diferentes conceitos sobre o que seja educação a distância foram difundidos, ao longo do tempo, porém todos apresentam pontos comuns. Abaixo, no Quadro 2, você vai conhecer os principais conceitos que contribuem para fundamentação teórica a EaD. Como você observará, cada autor enfoca um aspecto ou uma característica em especial.

| | |
|------------------------|---|
| Dohmem (1967) | Caracteriza a EaD como uma forma de “autoestudo”, em que o aluno se guia pelo material a que tem acesso. Um grupo de professores acompanha o progresso do estudante com o auxílio de meios de comunicação como as correspondências. |
| Peters (1973) | Compreende a EaD como uma maneira industrializada de ensinar e aprender que envolve um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes. Tal método é condicionado a uma divisão de trabalho e de princípios organizacionais. Isso envolve o uso dos meios de comunicação, bem como a produção e a reprodução de materiais técnicos de alta qualidade, que chegam a um grande número de estudantes ao mesmo tempo. |
| Moore (1973) | Define a EaD como uma modalidade que reúne métodos instrucionais. As ações dos professores são executadas à parte das atividades dos alunos, mas há momentos em que podem ser realizadas na presença dos estudantes. A comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios de comunicação de várias naturezas. |
| Holmberg (1977) | Afirma que a EaD abrange variadas formas de estudo. Nessa modalidade, o aluno não está sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes no mesmo local. Nesse contexto, se destaca a necessidade de planejamento, organização do ensino e direção da EaD, aspectos necessários para o aproveitamento dessa modalidade. |
| Keegan (1996) | Caracteriza a EaD como a separação física entre professor e aluno, com momentos presenciais ocasionais, diferenciando a modalidade do ensino presencial. |
| Chaves (1999) | Define a EaD a partir da separação física entre docente e aluno — separados no espaço-tempo — e do uso de tecnologias de informação e comunicação. |

Quadro 2 – Conceitos de EAD.

Saiba mais

Para conhecer os fundamentos da EaD recomenda-se a leitura de: Moore e Kearsley (2007), Litto (2010) e Harasim et al (2005)., que constam das referências deste módulo.

Como você pode observar pelo quadro 2, a educação a distância é tratada como uma modalidade diferente da educação presencial. Conforme TORI, (2017) há diferenças entre educação a distância e presencial na forma, nos requisitos e nos métodos entre uma aprendizagem desenvolvida em uma sala de aula tradicional e aquela realizada sem contato presencial, como também há diferenças entre, por exemplo, aulas expositivas, atividades práticas em laboratório e dinâmicas de grupo, mas nem por isso se cogita a criação das modalidades “educação expositiva”, “educação laborativa” ou “educação dinâmica”, portanto os modos pelos quais a educação a distância se estabelece não a faz uma outra educação, e nesse sentido a dicotomia entre educação a distância e presencial não se sustenta.

A expressão “educação a distância” carrega a conotação de ausência, separação e afastamento. Por outro lado, a EaD pode ser concebida como “educação”, o que de fato é, constituída pelos modos como é realizada, e nesse sentido todo curso EaD pode estabelecer interações significativas entre estudantes, docentes e outros atores que sejam relevantes para o que se deseja ensinar, aprender e explorar, de forma que ocorra uma educação “sem distâncias” (TORI, 2017).

Tanto um curso presencial, quanto um curso oferecido na modalidade a distância podem se beneficiar das tecnologias digitais contemporâneas, a quais potencializam ambientes interativos e colaborativos de ensino-aprendizagem, contando com ferramentas de comunicação instantâneas por áudio e vídeo, redes sociais, wikis, fóruns, blogs, chats, dentre outras.

Conforme, Almeida (2015)

A convergência e a aproximação entre a educação presencial e a distância é tratada com distintas ênfases por diversos autores, que trazem reflexões e propõem contribuições em direção as novas perspectivas: Valente, Moran e Arantes (2011) se referem aos pontos

e contrapontos da EaD; Kenski (2003) considera as mudanças nos tempos e espaços de ensinar e aprender com o uso das tecnologias; Almeida (2014) trata do currículo da cultura digital e concebe o web currículo como a integração entre currículo, tecnologias e linguagens em uma educação voltada para a interação, construção, autoria e colaboração; Dias (2013) defende a educação aberta através de redes de interação, aprendizagem e partilha de conhecimento, porém, adverte que o uso das TDIC não traz implícito um cenário de inovação.

Atualmente, o percurso é o de superação da distinção entre educação a distância e presencial, e de discussão de como fazer educação por diferentes meios de forma que ela seja efetiva e atenda a demanda dos estudantes desse século, para vida neste século, no qual é necessário aprender constantemente.

Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

O desenvolvimento da Educação a Distância – EaD, ocorreu, ocorre, em função do desenvolvimento das tecnologias de comunicações e informações, as quais proporcionam a cada geração de desenvolvimento novos recursos e intermédios de se interagir e de melhorar a comunicação bidirecional na qual é baseada a EaD.

Moore & Kearsley (2007) fazem uma distinção entre tecnologias e mídia imbricadas nos processos da EaD, veja no trecho a seguir

A tecnologia é que constitui o veículo para comunicar mensagens e estas são representadas em uma mídia. Existem quatro tipos de mídia:

- texto;
- imagens (fixas e em movimento);
- sons;

- dispositivos.

O texto é distribuído em livros e guias de estudo e eletronicamente on-line. O som é distribuído em CDs, fitas de áudio, por telefone e também on-line. As imagens são distribuídas em livros e em outras formas de tecnologia impressa, em CDs, em videoteipes, por rádio ou teletransmissão e também on-line. Portanto, cada tecnologia suporta pelo menos um meio – e algumas podem suportar mais do que um.

Nesse sentido, os autores colocam a *mídia* como o meio pelo qual as informações são transmitidas, e como *tecnologia* o suporte que as disponibiliza, por exemplo, o meio texto distribuído no suporte tecnológico livro, blog, e-mail, etc.

Estas tecnologias e formas de organização caracterizam as gerações da EAD propostas pelos mesmos autores, representadas na figura 1.

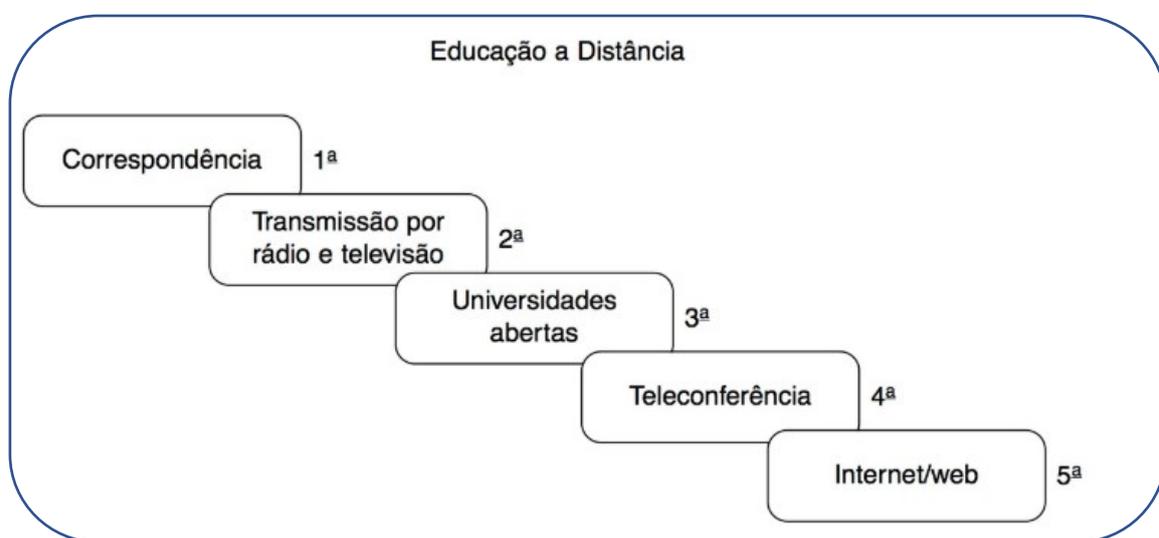


Figura 1 – Tecnologias de distribuição e organização em cada geração da EAD. Fonte: Moore & Kearsley (2007).

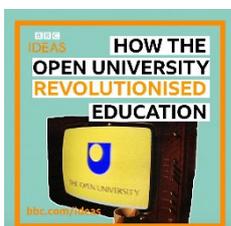
Conforme Figura 1, a educação a distância transformou-se, ao longo da história, em função de tecnologias e modos de organização. Algumas características das gerações da EaD, segundo Moore & Kearsley (2007), estão registradas a seguir.



Primeira geração: ocorreu quando o meio de comunicação (mídia) era o texto, e a instrução (tecnologia de distribuição), por correspondência. Exemplo – Cursos do Instituto Universal Brasileiro, usando as mídias texto e imagens, por meio de tecnologias impressas como apostilas, e distribuídas por correio.



Segunda geração: foi o ensino por meio da difusão pelo rádio e pela televisão. Exemplo no Brasil: Teletexto 2000 usando como mídia texto, distribuídos por meio de fascículos impressos (tecnologia) e a mídia em vídeo distribuída por meio de televisão (tecnologia).



Fonte: <https://twitter.com/bbcideas>

Terceira geração: não foi muito caracterizada pela tecnologia de comunicação, mas, preferencialmente, pela invenção de uma nova modalidade de organização da educação, de modo mais notável nas universidades abertas.

Quarta geração: na década de 1980, ocorrem as primeiras experiências de interação de grupos em tempo real a distância, em cursos por áudio e videoconferência transmitidos por telefone, satélite, cabo e redes de computadores.

Quinta geração: Envolve ensino e aprendizado on-line, em classes e universidades virtuais, baseadas em tecnologias da internet, a qual seria a geração atual, segundo os autores.

Vivemos um momento em que a rapidez com que as informações tornam-se disponíveis e novos conhecimentos são construídos e implementados por meio de novas tecnologias desto do que Castells (2010) chama de Educação em Rede, a qual reside no contexto da sociedade em rede, estabelecida como uma estrutura social, na qual as redes modificam os processos produtivos, experimentais, culturais e de empoderamento. Reconhecer e mapear essas transformações recentes da sociedade em rede, pelo viés da educação, contribui para a compreensão dos impactos das tecnologias da informação e comunicação para construção de modelos inovadores educacionais.

Atualmente, as tecnologias disponíveis para educação em rede podem ser síncronas, assíncronas, colaborativas, imersivas, contando com aplicação de inteligência artificial, veiculando textos, imagens, vídeos e áudios com uma fluidez bastante satisfatória para aplicações educacionais. As construções colaborativas e o compartilhamento com aplicação de diversas ferramentas, também contribuem para um cenário em que o processo de aprendizagem ocorre independentemente de instituições de ensino formais, o que implica em um novo perfil de estudante, e portanto, demandando novas práticas docentes e institucionais.

Questão discursiva

Elabore uma atividade para uma turma de um curso presencial (da área de sua preferência ou expertise), em que proponha o uso de ferramentas colaborativas para a construção de um produto final, que represente o aprendizado do grupo sobre determinado tema. Exemplo:

Uma turma de técnicos em enfermagem poderia pesquisar sobre a incidência de doenças respiratórias em uma cidade, ao longo do ano, e construir um infográfico que apresentasse esses dados de incidência, cuidados para evitar as doenças e tratamento recomendados até a consulta médica.

- Para reunir os dados, poderiam utilizar as planilhas do Google de forma compartilhada, com permissão de edição para os membros do grupo.
- Para discussões rápidas poderiam utilizar áudio ou videoconferências e troca de e-mails, ou mensagens instantâneas.
- Para construção de infográficos utilizariam ferramentas de disponíveis na web para construir infográficos, até mesmo animados, e por fim...
- Para disponibilizar o infográfico, poderiam construir um Wiki, distribuir nas redes sociais, num blog, ou mesmo por meio de um link para um arquivo disponível na nuvem (Google drive, One drive, Dropbox, etc)

Relate como você entende que deveria se desenvolver uma prática docente adequada para a condução de uma atividade com essas características (do contexto em que você propôs) e responda:

- a) O que você propôs a turma de estudantes de um curso presencial poderia ser considerado como atividade de um curso na modalidade a distância? Justifique.
- b) Quais seriam as diferenças na prática do professor e dos estudantes, caso do curso fosse oferecido na modalidade a distância? Justifique.
- c) Sua proposta ao item b estaria consistente com o que define o Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017, sobre a EaD:

[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017, documento on-line).

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>

Considerações finais

Neste módulo, você estudou sobre a construção histórica da EAD, de forma panorâmica, para que se situe nesse campo; sobre conceitos de EAD, conforme distintos autores e suas argumentações, e o que define nossa legislação sobre o que é educação a distância, e portanto já está em condições de analisar as formas pelas quais a EAD se estrutura, assunto do nosso próximo módulo.

Bons estudos!

Referências

ALMEIDA, M. E. B. de. Tecnologia na escola: criação de redes de conhecimento. 2001. Disponível em: <http://sites.google.com/site/cursoyai/tecnologiaNaEscola.pdf>.

BASTOS, CARDOSO e SABBATINI. *Uma visão geral da educação à distância*. Disponível em: <http://www.edumed.org.br/cursos/slides/aula2-visao-geral/>

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 10. ed. São paulo: Paz e Terra, 2007.

CERIGATTO, Mariana Pícaro [et al.]. Introdução à educação a distância [recurso eletrônico]. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

GOUVÊA, G.; C. I. OLIVEIRA. Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

KEEGAN, Desmond J. *Foundations of Distance Education*. Routledge Studies in Distance Education series. 3. ed. London: Routledge, 1996.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

KEEGAN, D. *Foundations of distance education*. 2. Ed. Londres: Routledge, 1991.

LANDIM, Claudia Maria Ferreira. *Educação a distância: algumas considerações*. Rio de Janeiro, 1997

LITTO, F. M. ABED – Contribuindo para Aprendizagem a Distância no Brasil. In. ABRAEAD. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. 2005

NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação à distância. *Revista educação à distância*. Vols. 3, 4 e 5. Brasília: INED, dez/1993 a abril/1994

HERMIDA, Jorge. BONFIM, Cláudia. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p.166–181, ago 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf .

MOORE, G.; KEARSLEY, G. *Educação a Distância Uma Visão Integrada*. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

TORI, Romero. *Educação sem distância : as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem*. São Paulo: Artesanato educacional, 2017.

VASCONCELOS, S. P. G. Educação a distância: histórico e perspectivas. In: FÓRUM DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 8., 2005. Anais... Riode janeiro, 2005. Disponível em:

Módulo II ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EaD.

Apresentação

Neste módulo, você estudará a legislação brasileira sobre EaD, formas de planejamento e organização de sistemas de EaD, estratégias de implementação e desenvolvimento; como também o conceito de rede e a concepção de web como ambiente de aprendizagem.

Objetivos

- Identificar a legislação que regulamenta a EaD no Brasil.
- Reconhecer as diretrizes para a EaD.
- Descrever processos de planejamento, implementação e desenvolvimento em EaD.

As políticas públicas da EaD

Neste módulo, você vai estudar a expansão da EaD no Brasil à luz dos principais marcos regulatórios, elaborados a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sancionada em 1996, assim como as diretrizes de maio de 2017, que revogaram decretos anteriores sobre a educação a distância. Além disso, avaliará algumas políticas públicas implantadas pelo governo brasileiro. A objetivo é que você conheça aspectos da legislação que normatiza os cursos a distância ofertados no Brasil, tanto de instituições públicas quanto privadas.

Em 1961, foi regulamentada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, primeira legislação sobre a educação no Brasil. Contudo, foi somente em 1996, com uma nova LDB sancionada, que a EaD passou a ser reconhecida como modalidade de ensino em todos os níveis. A Lei no. 9.394, de 20 de dezembro

de 1996, legítima e assegura a viabilidade da EaD. Seu art. 80 afirma: “[...] o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

Outro marco legislativo inicial é o Decreto no. 1.917, de 27 de maio de 1996, que cria a Secretaria de Educação a Distância (SEED), órgão do Ministério da Educação (MEC) que teria o intuito de ofertar “[...] para a escola, em seus diversos graus, toda a contribuição que os métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância podem prestar à construção de um novo paradigma para a educação brasileira” (MEDEIROS, 2003, p. 339). Esse marco foi responsável pelo incentivo que a EaD precisava para se expandir, inclusive nos espaços de educação formal. O grande salto é percebido a partir de meados dos anos 2000, com a massificação das tecnologias digitais e da internet, tanto nos ambientes domésticos como em ambientes escolares.

A Lei de diretrizes e bases da educação, de 1996 respalda e ordena juridicamente a EaD. Ainda em 1998, foi publicado o Decreto no. 2.494, visando regulamentar o artigo 80 da LDB. A intenção é a de garantir a qualidade dos cursos oferecidos na modalidade a distância — determina que a oferta de cursos nessa modalidade está condicionada a um credenciamento, que precisa atender a critérios mínimos. Nesse sentido, a partir da LDB, há avanços quanto à qualidade e à regulamentação da modalidade, assim como à possibilidade de a EaD se realizar por meio de diferentes tecnologias — o que contribuiu para a sua difusão por meio de canais de rádio e televisão públicas. A legislação da época ainda colocou o Estado como grande promotor da veiculação de programas de EaD em diversos níveis de ensino e na educação continuada.

Ricardo (2017), coloca que após a LDB, os sucessivos decretos relacionados à educação a distância no Brasil possibilitaram a incorporação da EaD como política de Estado, com vistas à expansão. Por outro lado, critérios de qualidade

para essa modalidade de ensino foram formalizados por meio de regras e condições para credenciamento, supervisão e avaliação.

A legislação permitiu às instituições públicas ofertar cursos EaD, especialmente as universidades federais, porém no decorrer da expansão da modalidade, as instituições privadas ganharam bastante força, o que pode ser verificado pelo aumento de matrículas de cursos EaD no setor privado, muito superior ao número de matrículas no setor público, o qual apresentou queda nos últimos anos, de acordo com o levantamento de Ricardo (2017).

A partir do Plano Nacional, que estimulava a elevação da taxa de matrículas no ensino superior, e com os investimentos públicos repassados para as instituições privadas para estimular essa ampliação, foi publicada uma legislação com critérios mais flexíveis para a educação a distância. Além do Decreto nº. 9.057/2017, é houve ainda a Portaria Normativa nº. 11, de 20 de junho de 2017 (BRASIL, 2017b), relacionada a essa lei, que trouxe importantes alterações quanto ao credenciamento das instituições, o qual foi facilitado.

Segundo Cerigatto (2018), as normas ainda preveem atividades presenciais, no entanto a portaria não descarta a possibilidade de dispensá-las quando for o caso e a dispensa for previamente autorizada. Essas alterações contribuem com a expansão da EaD, especialmente, no setor privado. Nesse sentido, essas IES exigiram marcos regulatórios que facilitassem o seu crescimento. Nesse contexto, conforme avalia Ricardo (2017, p. 4):

[...] o decreto presidencial e a portaria normativa de 2017 cedem às pressões e contemplam os interesses das IES privadas, favorecendo o credenciamento e recredenciamento de novos cursos a distância e simplificando a supervisão e a avaliação.

Você pode analisar no quadro 3, uma breve síntese descritiva da legislação federal sobre a Ead.

| Legislação | Descrição |
|---|--|
| Decreto nº. 5.622/2005 | Visa à regulamentação do art. 80 da Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assim como o Decreto no. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Com seis artigos, esse marco foi importante para delimitar orientações gerais para a EaD referentes à metodologia, à avaliação do desempenho do aluno, ao credenciamento de instituições, entre outros aspectos — como a oficialização do sistema de pólos ou franquias e a redefinição do termo “autoaprendizagem”, que se tornou a expressão “aprendizagem por mediação entre alunos e professores” (BRASIL, 2005) |
| Decreto nº. 5.773/2006: | Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Tal decreto foi importante para regulamentar a educação a distância nos cursos superiores no sistema federal (BRASIL, 2006a). |
| Decreto nº. 5.800/2006: | Define o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). É um marco para a expansão da oferta a distância, especialmente na educação pública, com a UAB. Além de expandir a EaD em todo o País, essa oferta também deve chegar a cidades menores, por meio da criação de polos das universidades federais que formam a UAB (BRASIL, 2006b). |
| Decreto nº. 6.303/2007 | Apresenta adequações nos decretos anteriores, o Decreto no. 5.622/2005 e o Decreto no. 5.773/2006. O objetivo é definir normas mais detalhadas para o credenciamento, a renovação e a supervisão das instituições que ofertam cursos EaD. Há ainda uma descentralização do papel da União, ao permitir que os sistemas de ensino participem desses processos. Esse decreto ainda foi importante para garantir a obrigatoriedade de algumas atividades presenciais, realizadas nas sedes das instituições ou em seus polos. Ele provocou muitas críticas das instituições de ensino (IES) particulares pelo alto nível de exigência para credenciamento, recredenciamento, supervisão e avaliação dos cursos EaD (BRASIL, 2007a). |
| Plano Nacional de Educação (Lei no. 13.005/2014): | Estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos 10 anos seguintes à sua publicação. É emblemático para garantir a centralidade da EaD na política educacional atual como tendência da educação superior brasileira — considera a transferência de recursos públicos para o setor privado e a massificação da educação no nível superior. Com a oferta de recursos públicos, como bolsas de financiamento estudantil (por exemplo, o Programa Universidade para Todos — PROUNI — e o do de Financiamento Estudantil — FIES), em instituições privadas, consolida-se uma política voltada para a valorização e a expansão da privatização da educação. Assim, as corporações de ensino “abraçam” a EaD como mecanismo de expansão de seus cursos — tanto na graduação quanto na pós-graduação (LIMA; NETO, 2014). |
| Decreto nº. 9.057/2017: | Atualiza legislações anteriores quanto à regulamentação e às diretrizes da educação a distância no País. Entre as principais mudanças está a possibilidade de as instituições poderem ser credenciadas apenas para a oferta de ensino a distância, não precisando mais oferecer cursos presenciais simultaneamente. As instituições públicas de ensino passam a ter autorização automaticamente para a oferta de seus cursos a distância, sem precisar solicitar a creditação, como ocorria antes. O processo de admissão das instituições na oferta de cursos EaD se tornou mais simples a partir desse decreto. Agora, é obrigatória apenas uma visita à sede da instituição, que pode abrir determinada quantidade de polos por ano, de acordo com algumas condições: seu desempenho no Conceito Institucional (CI) e no Índice Geral de Cursos (IGC). O Decreto no. 9.057/2017 ainda flexibiliza as exigências quanto à estrutura física, permitindo a utilização de biblioteca digital. O decreto ainda regulamenta a oferta de cursos a distância para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2017a). |

Quadro 3 – Legislação da EaD no Brasil (adaptado de CERIGATTO, 2018)

Saiba mais

A Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) reuniu em um documento, a legislação brasileira relacionada à EaD, com documentos federais e estaduais. Para se aprofundar no assunto, acesse o [link](http://www.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento.440.pdf) <http://www.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento.440.pdf>

Principais políticas públicas para a EaD

Políticas públicas são ações e programas implementadas pelo Estado por meio de seus três poderes — Legislativo, Judiciário e Executivo, com objetivo de colocar em prática direitos que são previstos na legislação brasileira. Com objetivo democratizar o ensino, incluindo a educação a distância, atendendo às exigências da legislação da área (PNE, LDB e outros)

A seguir você poderá avaliar alguns desses programas e iniciativas nacionais, que são políticas públicas de Estado e tiveram sua importância para o desenvolvimento da modalidade a distância no País.

Universidade Aberta do Brasil

O sistema UAB foi instituído pelo Decreto no. 5.800, de 8 de junho de 2006 (BRASIL, 2006b), com objetivo de desenvolver a modalidade EaD, no âmbito das instituições públicas, ampliando e interiorizando a oferta de cursos e programas de ensino superior, utilizando-se de polos presenciais em vários municípios brasileiros. Levando a educação a distância a locais distantes e isolados, a UAB contribui com o desenvolvimento de municípios com baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Dessa forma, o sistema UAB estimula a universalização do acesso ao ensino superior.



O sistema ainda apoia pesquisas que desenvolvem metodologias inovadoras de ensino superior, utilizando tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Rede E-Tec Brasil

O sistema Rede e-Tec Brasil é voltado para a oferta de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. O objetivo principal é democratizar o

acesso à educação profissional pública e gratuita no País. Assim como a UAB, a Rede e-Tec Brasil visa a expandir a oferta da educação profissional e tecnológica, especialmente para regiões do interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas. O público-alvo são alunos do ensino médio, além de jovens e adultos.

ProEB

Conforme divulgado pela [CAPES](#), os Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica - ProEB tem por objetivo a formação continuada *stricto sensu* dos professores em exercício na rede pública de educação básica, em conformidade com a política do Ministério da Educação – MEC, mediante apoio às instituições de ensino superior (IES) ou rede de instituições associadas do País, responsáveis pela implantação e execução de cursos com áreas de concentração e temáticas vinculadas diretamente à melhoria da Educação Básica. Os cursos disponíveis são:

| Programa | Endereço |
|--------------|--|
| ProCiAmb | http://www.profciamb.eesc.usp.br/ |
| ProfMat | http://www.profmat-sbm.org.br/ |
| ProFIS | http://www1.fisica.org.br/mnpef/ |
| ProfLetras | http://www.profletras.ufrn.br/ |
| ProfArtes | https://www.udesc.br/ceart/profartes |
| ProfHistória | https://profhistoria.ufri.br/ |
| ProfBio | https://www.profbio.ufmg.br/ |
| ProfQui | https://profqui.iq.ufri.br/ |
| ProfFilo | http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/ |
| ProfSocio | http://basilio.fundaj.gov.br/mp_prof socio/ https://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/-educacao-fisica/ |
| ProEF | |
| ProfÁgua | https://www.feis.unesp.br/#!/pos-graduacao/profagua |

Deste programas, o mais antigo e difundido é o ProfMat, em função da articulação nacional promovida pela Sociedade Brasileira de Matemática, contando com a participação de universidades públicas de todo país e de

algumas Pontifícias Universidades Católicas, como a do Rio de Janeiro, além da importante atuação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada.



O Ciência é 10

Uma iniciativa da CAPES que integra o programa **Ciência na Escola**, do MEC, MCTIC e CNPq. Trata-se de um curso de especialização para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano. É realizado na modalidade ensino a distância (EAD), com garantia da CAPES e certificação do MEC, junto com as Instituições Públicas de Ensino parceiras.

Fonte: <https://c10.capes.gov.br/>

Programa Nacional de Formação em Administração Pública

O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) é uma ação pertencente ao Sistema Universidade Aberta do Brasil. Criado em 2009, tem como meta capacitar gestores para atuarem na administração dos sistemas públicos, em várias áreas, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades públicas, nos âmbitos federal, estadual e municipal

ProInfantil

O programa é destinado a profissionais que atuam na educação infantil, como creches e pré-escolas das redes públicas (e também privadas sem fins lucrativos), que não tenham a formação específica para o magistério. O ProInfantil é um programa que oferta um curso em nível médio, a distância, na modalidade normal.



Mídias na Educação

Programa de educação a distância voltado especialmente para docentes da educação básica, que proporciona formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação — televisão e vídeo, informática, rádio e impresso.



O programa oferta, além do curso de especialização, outros três níveis de certificação, como extensão e aperfeiçoamento. O conteúdo do curso promove o estudo das linguagens de comunicação mais adequadas aos processos de ensino e aprendizagem, além dos programas governamentais que usam as mídias no projeto político-pedagógico da escola. Promove ainda estratégias de autoria e de formação do leitor crítico nas diferentes mídias

TV Escola

A TV Escola é a televisão pública do Ministério da Educação. Os conteúdos transmitidos visam à formação de professores, educadores, alunos, etc. A TV Escola contribui com subsídios para as escolas e se apresenta como ferramenta pedagógica com duas vias: serve como complemento à formação docente, e o material produzido pode ainda ser utilizado em práticas de ensino. A TV Escola pode ser acessada pela televisão e também por sua plataforma na internet. Na televisão, ela é distribuída por satélite aberto, analógico e digital, para todo o território nacional, atingindo de 15 a 20 milhões de antenas parabólicas. A TV Escola ainda pode ser acessada via televisão por assinatura.

Formação pela Escola

O Formação pela Escola (FPE) é um programa que promove formação continuada a distância e destina-se a gestores e parceiros que exercem funções de execução, monitoramento, prestação de contas e controle social de recursos orçamentários dos programas e ações financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A formação continuada ofertada

pretende fortalecer a atuação desses agentes envolvidos em atividades financiadas pelo FNDE.

e-Proinfo

Trata-se de um ambiente virtual de aprendizagem de caráter colaborativo — um software público, desenvolvido pela extinta Secretaria de Educação a Distância, do Ministério da Educação e Cultura. O programa reúne em uma mesma plataforma projetos colaborativos e bibliotecas digitais. Além disso, permite a concepção, a administração e o desenvolvimento de cursos a distância em complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, etc. O objetivo é fornecer apoio ao processo de ensino e aprendizagem com vários recursos a distância.

Principais diretrizes da EaD

Do ponto de vista legal, na educação a distância, a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem acontece por meio das tecnologias de informação e comunicação. A diretriz geral é que todos os cursos e instituições que se propõem a oferecer a modalidade tenham pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis. A seguir, você vai ver algumas diretrizes que constam no Decreto no. 9.057, de 25 de maio de 2017, e na Portaria Normativa no. 11, de 20 de junho de

- **Acessibilidade:** o art. 2º do Decreto no. 9.057 permite que a modalidade seja ofertada tanto na educação básica como na educação superior, sublinhando a questão da acessibilidade. Ou seja, os cursos devem garantir o acesso de todos, de forma igual e sem barreiras (BRASIL, 2017a).
- **Infraestrutura dos polos:** os polos de educação a distância das instituições que ofertam a modalidade devem manter infraestrutura física,

tecnológica e de pessoal adequada e que atenda às particularidades do ensino a distância, assim como aos projetos pedagógicos da instituição e do curso. O polo EaD deve ainda ter condições de atender às diretrizes da Portaria Normativa no. 11, de 20 de junho de 2017, que prevê: salas de aula ou auditório; laboratório de informática; laboratórios específicos presenciais ou virtuais; sala de tutoria; ambiente para apoio técnico-administrativo; acervo físico ou digital de bibliografias básica e complementar; recursos de tecnologias de informação e comunicação; e organização dos conteúdos digitais (BRASIL, 2017b).

- **Credenciamento:** as instituições de ensino devem estar devidamente credenciadas para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. O credenciamento é feito pelo Ministério da Educação. O credenciamento considera — para fins de avaliação, de regulação e de supervisão, de que trata a Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004 — a sede da instituição de ensino, assim como os polos de educação a distância. O credenciamento, o credenciamento, o reconhecimento, os processos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância estão condicionados à avaliação in loco, ou seja, na sede da instituição de ensino. Essa avaliação considera se a metodologia e a infraestrutura são adequadas para a realização das atividades a distância e presenciais. O credenciamento permite a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação lato sensu a distância. A partir do Decreto no. 9.057/2017, as instituições podem oferecer cursos superiores a distância sem o credenciamento para a oferta de cursos presenciais (BRASIL, 2017a).
- **Avaliação:** é realizada pela comissão de avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a participação de especialistas em EaD, de acordo com a Lei no. 10.861, de 2004, que prevê o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). As diretrizes atuais ainda salientam a importância de

garantir instrumentos de avaliação adequados, de maneira que seja possível o acompanhamento pelo MEC, com fins de garantir os parâmetros de qualidade. “A SERES poderá, motivadamente, realizar ações de monitoramento, de avaliação e de supervisão de cursos, polos ou IES, observada a legislação em vigor e respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa”, diz o art. 53 da Portaria Normativa no. 11 (BRASIL, 2017b).

Planejamento e organização de sistemas de EaD.

Segundo (Mill, 2017) a Educação a Distância possui objetivos desafiadores, entre eles, entregar ao estudante uma formação de qualidade sem que este seja presencial, como as pessoas estão habituadas há séculos. A complexidade desse objetivo exige que a forma de organizar os processos e atividades da Educação a Distância sejam cuidadosamente pensados e preparados, pois a estrutura organizacional pode auxiliar na melhor gestão dos recursos e permitir que os objetivos da Educação a Distância sejam atingidos com maior facilidade e eficiência.

Muitas vezes as organizações de ensino superior se propõem a incorporar a EaD, mas possuem estruturas tradicionais. A EaD é incorporada a essas instituições como uma série de atividades e processos, mas pouco se reflete sobre a forma como essas atividades e as pessoas que executam essas atividades estão organizadas (Mill, 2017).

Quando se trata de planejamento em instituições de educação dois documentos são fundamentais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico (PP), que faz parte do PDI.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é fundamental para a implementação da educação a distância, assim como na modalidade presencial, porque define os princípios referentes a sua atuação na educação.

O Projeto pedagógico (PP) é um instrumento de referência para o desenvolvimento de um programa de educação, o qual se constitui em um parâmetro para as práticas dos profissionais de uma instituição de ensino. A construção do projeto pedagógico se estabelece de modo participativo e contextualizado, ou seja, é elaborado em função do curso e do público que o projeto será atenderá.

Na construção do Projeto Pedagógico (PP), como parte do PDI, é necessário que se considerem aspectos que devem constituir a estrutura operacional de um sistema de EaD, como

- identificação das necessidades específicas do curso;
- definição dos objetivos a alcançar;
- seleção e organização dos conteúdos;
- elaboração dos materiais didáticos;
- definição dos sistemas de comunicação;
- definição da infraestrutura de suporte;
- orientação e tutoria;
- organização das condições de aprendizagem, tanto por parte do professor quanto do estudante;
- gestão pedagógica, tecnológica e administrativa;
- avaliação da aprendizagem;
- custos.

Para além destes dois instrumentos de planejamento importantes, PDI e PP, a educação a distância também pode ser entendida como uma coleção de processos. Alguns deles podem ser compreendidos e visualizados com maior facilidade, como a produção de materiais didáticos por meio impresso; enquanto outros, como o processo de ensino e aprendizagem, são mais abstratos. Nesse

sentido, para ser operacionalizada com qualidade, a EaD depende da gestão e controle de processos complexos, os quais precisam ser identificados, mapeados, detalhados e muitas vezes padronizados. Isto pode permitir melhor compreensão de como a EaD se efetiva e pode ser gerida de forma mais eficiente. Deste modo, os atores dessa gestão poderão entender seu fluxo de trabalho e refletir sobre como o trabalho deve ser realizado e melhorado, assim como o impacto desse trabalho para toda a EaD (Mill, 2017).

A gestão de processos, de origem na área da administração, permite observar o desempenho das atividades e processos EaD, que muitas vezes pode ficar em segundo plano devido ao dinamismo de suas atividades. O controle e mensuração de resultados das atividades pode permitir a visualização de falhas e a proposição de melhorias dos processos envolvidos na Ead.

Planejamento do Sistema de EaD

A educação a distância não pode se constituir apenas da disponibilização de informações, seja por meio de material impresso, seja pelas páginas de um ambiente virtual de aprendizagem. Não basta oferecer condições de acesso ao conteúdo, é preciso que o curso como um todo seja planejado, de maneira que proporcione interações dos alunos com os conteúdos, com colegas e professores para a construção do conhecimento.

O sistema de EaD se constitui da atividade fim que é o processo de educação, mas está imbricado aos processos administrativos e estruturais, e nesse sentido precisam ser planejados. Por exemplo, para que um ambiente de aprendizagem como Moodle, TelEduc, Canvas, BlackBoard ou qualquer outro seja escolhido, depende tanto de decisões em âmbito educacional, quanto de gestão administrativa.

Você pode observar que as perspectivas da gestão dos processos de ensino-aprendizagem no contexto da EaD e da gestão administrativa e estrutural, são complementares. Dessa forma, apoiada na gestão administrativa e estrutural, a gestão do ensino-aprendizagem se ocupa das questões relacionadas à formação docente (DOURADO, 2008); atividades aos alunos (QUINTANA; QUINTANA, 2012); ensino e aprendizagem (MILL; BRITO, 2009); tempo e espaço (MILL; FIDALGO, 2009).

A partir dessa perspectiva, a qual entende a EaD configurada por gestão de ensino-aprendizagem, gestão administrativa e gestão estrutural é que Momo & Behr (2016) propõe a gestão em EaD, conforme a figura 2.



Figura 1 : Gestão de EaD. Fonte: Momo & Behr (2016).

Questão discursiva

Considere que uma instituição de ensino superior pretende expandir seu sistema de oferta de cursos na modalidade a distância, e você coordenará um dos novos cursos a serem ofertados. Sob essa perspectiva, descreva cinco de suas atribuições básicas e para quais situações precisará contar com equipes de gestão administrativa e estrutural (pelo menos duas de cada equipe).

Considerações finais

Planejar e organizar um sistema de EAD e desenvolver o Projeto Pedagógico levando em consideração as necessidades de cada curso é uma das atividades fundamentais de planejamento de um programa EaD. O PDI define a missão, os objetivos e os princípios da instituição no que se refere às suas ações de educação, tendo como componentes os projetos pedagógicos de cada curso. Existem formas de planejar e organizar um sistema de EAD que levam em consideração vários aspectos, dentre eles os processos de ensino-aprendizagem como foco, gestão administrativa e gestão estrutural, porém não há modelo perfeito de gestão em EaD, mas uma busca de estratégias que articulem diferentes aspectos da constituição de um programa EaD, visando a oferta do processo de ensino-aprendizagem de modo eficiente e eficaz.

Referências

BRASIL. Decreto no. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm
Acesso em: 3 out. 2019.

BRASIL. Decreto no. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. 2006a. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Decreto no. 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm
Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. Decreto no. 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de gra-duação e seqüenciais no sistema federal de ensino. 2007a. Disponível em: . http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm.
Acesso em: 3 set. 2018.

BRASIL. Decreto no. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm.
Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. E-Proinfo: ambiente colaborativo de aprendizagem. 2017. Disponível em: . Acesso em: 3 set. 2018. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da edu-cação nacional. 1996. Disponível em: http://e-proinfo.mec.gov.br/e-proinfo/interativo/noticias/visualizar_noticia.htm?codNoticia=16993&espaco=usuario. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa no. 11, de 20 de junho de 2017. Diário Oficial da União, n. 117, jun. 2017b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66431-portaria-normativa-11-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Resolução no. 1, de 26 de fevereiro de 1997. Fixa condições para validade de diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado, oferecidos por instituições estrangeiras, no Brasil, nas modalidades semi-presenciais ou à distância. 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_0197.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Superior a Distância: novos marcos regulatórios? Revista Educação & Sociedade. v. 29, n. 104 - Especial, p. 891- 917, out. 2008.

LIMA, K. R. R. NETO, H. B. A educação a distância no Brasil em tempos de contrarreformas: expansão, lógica discursiva e centralidade no Plano Nacional de Educação (2011-2020). Efdeportes.com, Revista Digital, Buenos Aires, v. 199, dez. 2014. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd199/a-educacao-a-distancia-no-brasil.htm> . Acesso em: 05 nov. 2019.

MEDEIROS, M. F. de; FARIA, E. T. (Org.). Educação a distância: cartografias pulsantes em movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MILL, Daniel; BRITO, Nara D. Gestão da educação a distância: Origens e Desafios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 15, Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza: CIAED, 2009.

MILL, Daniel; FIDALGO, Fernando. Uso dos tempos e espaços do trabalhador da educação a distância virtual: produção e reprodução no trabalho da Idade Mídia. **Revista Cadernos de Educação**. n. 33, p. 285-318, jan./abr. 2009.

MILL, Daniel. LIZARELLI Fabiane. Gestão organizacional: bases para pensar a estruturação da Educação a Distância. São Carlos: IPixel, 2017.

MOMO, Fernanda da Silva; BEHR, Ariel. Gestão da educação a distância (ead): uma significação a partir das práticas de gestão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) In: EmRede Revista de Educação a distância, 2015, v.

2, n. 2 . Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147430/000999344.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 ez. 2019.

QUINTANA, Alexandre Costa; QUINTANA, Cristiane Gularte. A execução das tarefas virtuais no contexto da educação a distância: um estudo em um curso de graduação em administração. **Revista Gestão Universitária na América Latina**. v. 5, n. 2, p. 277- 297, ago., 2012.

RICARDO, J. S. O impacto da nova regulamentação da EAD para as instituições de educação superior. ABED: textos EAD, ago. 2017. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/O_IMPACTO_NOVA_REGULAMENTACAO_EAD_PARA_INSTITUICOES_Jaison_Sfogia_Ricardo.pdf . Acesso em: 10 nov. 2019.

Módulo III SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO EM EaD

Sistemas de acompanhamento em EaD

O sistema de tutoria é a forma mais utilizada na EaD para dar apoio ao aluno, e é de grande importância na avaliação dos alunos e do curso. Na tutoria, alguns profissionais de áreas específicas atuam no acompanhamento e na avaliação dos alunos. Por isso, usamos o termo Sistema de Acompanhamento.

Perfil do professor

Na modalidade a distância, o professor é denominado por diversas expressões: autor, conteudista, professor autor, professor conteudista, professor de EaD, etc. O professor autor, por exemplo, é responsável pela autoria de conteúdo, ou seja, o professor escreve ou produz todo



ou parte do conteúdo disponibilizado para o aluno. Esse modelo é distinto da curadoria de conteúdo. Neste último caso, a tarefa do professor é a de selecionar materiais já disponíveis que atendam aos objetivos pedagógicos ou com às competências a serem desenvolvidas.

Segundo Pallof & Pratt (2013), tanto o professor quanto o tutor, que compartilham a docência na EaD, precisam ter um perfil

[...] organizado; altamente motivado e entusiasmado; comprometido com o ensino; apoia a aprendizagem centrada no estudante; aberto a sugestões; criativo; assume riscos; gerencia bem o tempo; atento às necessidades dos alunos; disciplinado;

interessado no ensino on-line sem nutrir expectativas por outras recompensas.

De forma prática, o professor na EaD é responsável por todo o conteúdo didático que chega ao aluno, ou seja, é o professor quem seleciona e reúne os materiais, organiza e propõe dinâmicas e recursos pedagógicos, podendo ou não estar envolvido na aplicação posterior desse material junto aos alunos (MOREIRA, 2009).

Com base nos documentos oficiais do curso e da instituição como projeto pedagógico, plano de ensino, modelo pedagógico institucional, o professor pode planejar as etapas de produção e avaliar e datas de entrega propostas pelas equipes de gestão de cada projeto, e posteriormente realizar a validação dos materiais. Além disso, os professores recebem orientações e acompanhamento da instituição, em especial de especialistas das equipes multidisciplinares, “[...] para que compreendam a dinâmica do curso, a adequação de linguagem para o material didático e a metodologia do curso a distância” (GABARRONE, 2017, p. 34).

Ao professor da EaD, em geral, são atribuídas algumas atividades: identificar, selecionar ou escrever textos e pesquisas e garantir que a didática esteja adequada aos objetivos pedagógicos ou às competências a serem desenvolvidas. Dependendo de aspectos contratuais, o professor ainda deve ficar atento às questões de direitos autorais dos seus materiais e de terceiros que ele cite. Durante a produção e primeiras ofertas do curso do qual foi autor, o professor fica à disposição da instituição para esclarecer dúvidas e ajustar alguns apontamentos da equipe e alunos sobre o material, caso seja necessário.

Segundo Shulman (1986; 1987) há três tipos de conhecimento que o professor deve possuir, o conhecimento de conteúdo, conhecimento pedagógico e conhecimento tecnológico — ou o conhecimento tecnológico pedagógico do conteúdo, como alguns autores preferem traduzir a expressão Technological

Pedagogical Content Knowledge (TPACK). Esse modo de descrever a prática docente com apoio de tecnologias parte do esquema de Shulman (1986; 1987).

O conhecimento de conteúdo trata de conteúdos e procedimentos relativos a cada área do saber específico. O conhecimento pedagógico se refere ao conhecimento sobre os modos de ensinar e aprender os conteúdos, ou seja, sobre a prática educativa (didática, avaliação, currículo, etc.). A junção desses dois tipos de conhecimentos é denominado conhecimento pedagógico do conteúdo, que se estabelece quando o professor sabe como conduzir o processo de ensino-aprendizagem de forma eficiente em sua área de especialidade.

Nas últimas décadas, com o crescente uso da tecnologia nos processos educacionais, não tem bastado mais o conhecimento pedagógico dos conteúdos. Por isso, Koehler e Mishra (2005) desenvolveram o framework TPACK. Nesse sentido, a tecnologia e a sua apropriação no processo educacional de certo tornam-se parte da expertise do professor. Para além do saber como orientar o processo de ensino-aprendizagem do seu conteúdo, o professor sabe quais e como utilizar tecnologias adequadas aos objetivos educacionais, o que na EaD é bastante importante, já que a aprendizagem ocorre mediada por tecnologias, em sua maioria, digitais. A figura 3 esquematiza o TPACK.

Cibotto e Oliveira (2013) descrevem que o TPACK engloba o ensino de conteúdos curriculares utilizando técnicas pedagógicas, métodos ou estratégias de ensino, que utilizam adequadamente tecnologias para ensinar o conteúdo de forma diferenciada de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos.

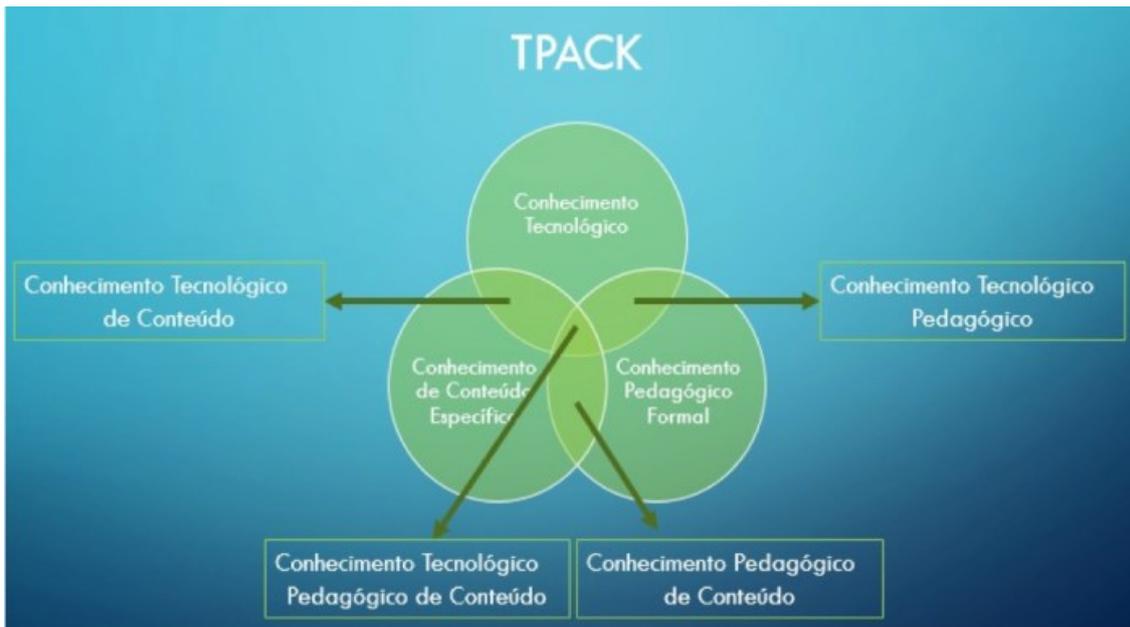


Figura 3. Diagrama de Venn representando o Conhecimento Tecnológico Pedagógico de Conteúdo. Fonte: Organização própria a partir de Mishra e Koehler (2006).

Na EaD, o professor precisa dominar as possibilidades e limites das tecnologias disponíveis, para que possa planejar adequadamente o uso desses recursos a fim de promover a aprendizagem do seu tema específico de ensino.

Importante

O caminho da educação não é mais o de um processo de transmissão de conhecimentos, mas de construção coletiva e colaborativa destes. Os alunos têm acesso a todo tipo de informação, então ao professor cabe mediar, facilitar, desafiar e orientar os processos de aprendizagem e construção de conhecimento.

Perfil do tutor

Você pode observar que o papel do professor na EaD é especialmente o de selecionar e produzir conteúdo para a oferta de um curso a distância. Já o tutor

é responsável por acompanhar essa oferta, atendendo as demandas dos alunos. Nesse sentido, a docência na educação a distância é compartilhada, o que acabou por implicar no conceito de polidocência, diferente da docência presencial, onde o mesmo professor prepara e aplica as aulas e avaliações, além de acompanhar os alunos. Já na EaD, em geral, o professor (ou autor, ou conteudista) é responsável pela concepção e pela produção intelectual e didática da disciplina, enquanto o tutor foca na segunda parte, aplicando essa produção e acompanhando o desenvolvimento dos alunos.

De forma descritiva, o grupo de profissionais da polidocência é composto por: docente-autor (ou docente-conteudista), docente-formador (ou docente-aplicador), docente-tutor virtual (ou docente-tutor a distância), docente-tutor presencial (Figura 4). Dada a importância das funções que exercem, há autores que também incluem na equipe docente o projetista educacional (ou designer instrucional) e até mesmo alguns membros da equipe multidisciplinar. Todavia, consideraremos como Equipe Docente apenas quem normalmente toma decisões pedagógicas, seja na concepção dos materiais didáticos, organização dos conteúdos ou no acompanhamento do estudante, durante a oferta da disciplina. Ou seja, a equipe pedagógica é geralmente composta por docente-autor, docente-formador, docente-tutor virtual e docente-tutor presencial (MILL, 2018).

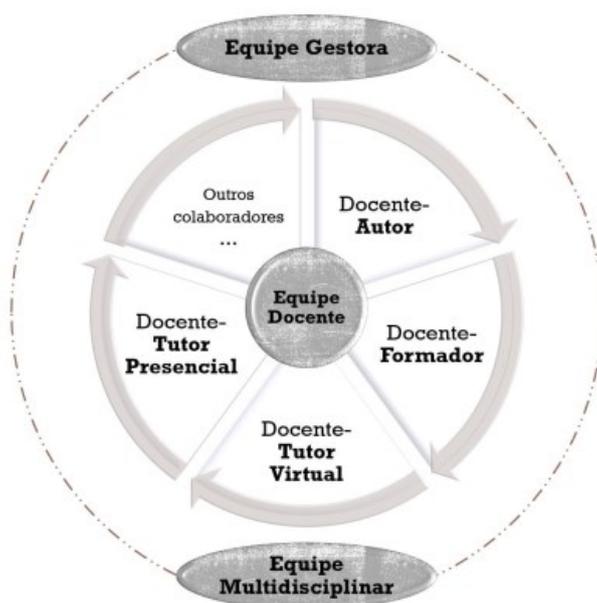


Figura 4 - Equipe (poli)docente em sistemas de Educação a Distância.

Fonte: Mill (2017)

Em geral, os tutores também podem participar da construção da disciplina ou do curso. Em algumas instituições, eles têm contato com o professor e, junto a ele, produzem um material mais adequado ao público-alvo. Em outras instituições, os tutores opinam depois da produção, especialmente após a primeira aplicação do conteúdo. Assim, verificam se algo não funcionou adequadamente e se alguma melhoria pode ser feita. A seguir, você pode ver as atribuições do professor e do tutor.

Professor:

- produz/seleciona conteúdos e materiais;
- planeja as estratégias didáticas;
- cria atividades;
- parametriza as avaliações da aprendizagem.

Tutor:

- acompanha a oferta dos conteúdos e materiais;
- executa as estratégias didáticas
- aplica, orienta e corrige as atividades;
- realiza as avaliações da aprendizagem.

O tutor não possui menor importância na EaD, em função do termo, o qual pode passar a impressão de que o tutor é “um professor menos qualificado” ou de que tem uma função menor na docência, o que não é verdade. De acordo com Mattar (2014), há um problema com relação ao termo “tutor” (o que também ocorre com relação ao termo “design instrucional”): no Brasil, na área jurídica, o tutor é uma pessoa incumbida, em geral por um juiz, de exercer tutela ou de proteger alguém que necessite de ajuda ou esteja em condição de fragilidade. Por isso, algumas instituições têm tentado adotar termos alternativos: a Universidade Virtual do

Estado de São Paulo (UNIVESP), por exemplo, utiliza o nome “mediador” (PIRILLO et al., 2016). A ideia é enfatizar a função de mediar a construção do conhecimento com o apoio das tecnologias, dos conteúdos e dos materiais selecionados e disponibilizados por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Saiba mais

Da mesma forma que o termo “tutor”, o termo “design instrucional” causa algum debate na EaD. O Código Brasileiro de Ocupações dá preferência ao termo “designer educacional” para designar a profissão, com o que concorda Mattar (2014). Para ele, a palavra “instrução” não considera as questões culturais brasileiras e passa a carregar o sentido, não mais adequado, de aprendizagem unidirecional, passiva e tecnicista. No entanto, o termo mais comum ainda é “design instrucional”, inclusive defendido por autoras brasileiras como Filatro (2008; 2010) e Kenski (2015). Segundo essas autoras, é preciso respeitar a origem da palavra. Está contida no “instrucional” toda a carga semântica que delimita a área.

O tutor pode realizar o acompanhamento dos alunos presencialmente ou a distância. O tutor presencial atua nos encontros presenciais, nos polos de apoio da instituição, esclarecendo dúvidas de conteúdo ou para mediando situações didáticas específicas, enquanto o tutor atuando a distância é o responsável por apoiar a aprendizagem dos estudantes por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), utilizando estratégias e tecnologias adequadas a essa realidade.

Segundo Gabarrone (2017), o tutor apoia e orienta situações de interação e de discussão previstas no planejamento da disciplina. Além disso, deve ter foco na resolução de possíveis conflitos que ocorram durante a oferta e desempenhar outras atividades específicas, de acordo com as diretrizes da instituição e as concepções pedagógicas do curso (corrigir atividades on-line, provas, dar feedback, interagir em fóruns, propor melhorias nos materiais, etc.).

Em síntese, as competências gerais do tutor são:

- comunicação;
- motivação;
- resolução de problemas;
- capacidade de orientação e feedback;
- fomento à aprendizagem dos alunos;
- competências administrativas.

O tutor é um profissional importante para o processo de ensino e de aprendizagem na EaD. Ele precisa ter as mesmas habilidades e competências que o professor (conhecimento tecnológico, pedagógico e do conteúdo) e, ao mesmo tempo, a capacidade de colocar em prática as situações didáticas planejadas pelo professor e pela equipe de produção de conteúdo da instituição, propondo melhorias, se for o caso.

O aluno na EaD

Da mesma forma que o professor deixa de ser o centro do processo educacional para se tornar o mediador da construção do conhecimento, o aluno também deixa de ser um indivíduo passivo para se tornar um sujeito autônomo, ativo no próprio processo de aprendizagem. O estudante na EaD precisa ser protagonista, participante do processo educacional como um todo. Para isso, ele conta com a mediação docente e estuda a partir de situações práticas, trabalhos e experiências individuais ou em grupo, contato com problemas sociais reais, embasamento em seus conhecimentos prévios, sistematizações progressivas etc.

Para Palloff e Pratt (2015, p. 126–127), um estudante *on-line* bem-sucedido precisa ser:

[...] aberto a compartilhar experiências de vida, de trabalho e educacionais como parte do processo de aprendizagem; capaz

de se comunicar por escrito; automotivado e autodisciplinado; com disposição para se dedicar entre 4 e 15 horas por semana e por curso; capaz de atender aos requisitos mínimos para o programa; ciente do pensamento crítico e da tomada de decisões como parte do processo de aprendizagem; com acesso ilimitado ao computador e à internet; capaz de pensar bem antes de responder; com percepção de que a aprendizagem de alta qualidade pode acontecer sem que se precise frequentar uma sala de aula tradicional.

O aluno na modalidade a distância precisa desenvolver uma série de habilidades e competências específicas, diferentes das exigidas pela educação presencial. Para isso, precisa de algumas competências, como administração do tempo, fluência digital, autonomia, comunicação, reflexão, organização, planejamento, flexibilidade, capacidade de trabalho em equipe, automotivação, entre outras (BEHAR; SILVA, 2012). A seguir, você vai aprender mais sobre essas competências.

A **administração do tempo** está associada à capacidade que os estudantes da EaD precisam desenvolver para cumprir prazos e agendas previstas pela instituição, pois o calendário instrucional das disciplinas, em geral, prevê prazos curtos e fixos para início, término, entregas das atividades, etc.

A **fluência digital** torna-se fundamental na EaD, associada ao uso da tecnologia para fins de aprendizagem. O aluno deve se colocar como um sujeito ativo e participante nos meios digitais e tecnológicos. Precisa estar apto a criar, produzir e compartilhar conteúdos e conhecimentos nas redes por meio de recursos tecnológicos apropriados.

A **comunicação e a flexibilidade** também estão próximas, em direção ao trabalho em equipe. A comunicação refere-se à capacidade de se expressar de forma oral, gestual e especialmente escrita com clareza, assertividade e objetividade. A flexibilidade tem a ver com lidar com aquilo que é diferente, ou

seja, com outras necessidades, desejos e atitudes, com a capacidade de examinar e interpretar as melhores opções de reação e, inclusive, com a possibilidade de reconhecer quando é necessário mudar de opinião ou agir diferentemente. Ambas se relacionam muito com o trabalho em equipe, cujo foco é nas relações com outros a partir da aplicação adequada da capacidade de expressão e de comunicação para fins de negociação. O sucesso na forma de interagir com outros sujeitos é social e afetivamente relevante. Além disso, pode ser decisivo no desempenho do aluno na EaD.

O estudante da educação a distância não compartilha uma sala de aula com seus colegas e professores o tempo todo. Por isso, ele precisa ter uma forte capacidade de reflexão, ou seja, de utilizar a abstração para analisar, de forma crítica, situações e atividades. Outra competência necessária é a **automotivação**. O aluno precisa criar condições para manter sua própria motivação e fomentar a dos seus pares, sendo ativo e participativo, aproveitando suas potencialidades e lidando com suas próprias dificuldades.

Saiba mais

Para conhecer algumas experiências práticas em sistemas de acompanhamento em EaD, acesse o texto que está no endereço abaixo

<file:///C:/Users/rober/Downloads/95899309-Unidade-4-Experiencias-de-Sistemas-de-Acompanhamento-Em-EaD.pdf>.

Questão discursiva

Caracterize o perfil de um professor conteudista que também atua como tutor, considerando o TPACK.

Considerações finais

Em síntese, professor, tutor e aluno devem estar cientes de que precisam de competências e habilidades para desempenharem um papel diferente daquele esperado na educação presencial. A disposição para conhecer e utilizar adequadamente a tecnologia é um diferencial óbvio, mas não é o único. Está envolvida uma grande mudança na postura desses atores. O professor deixa de ser o centro do processo de ensino e de aprendizagem para mediar a construção do conhecimento, produzindo e selecionando materiais significativos para a aprendizagem dos estudantes. Quem o apoia é o tutor, que atua no acompanhamento da oferta do curso ou da disciplina. Por fim, o aluno precisa assumir o seu papel de sujeito do processo educacional, com autonomia e capacidade de construir suas aprendizagens por si só, em grupo e com o apoio institucional disponível.

Referências

BEHAR, P.; SILVA, K. K. A. Mapeamento de competências: um foco no aluno da educação a distância. *Novas Tecnologias a Educação*, v. 10, n. 3, dez. 2012. Disponível em: . Acesso em: 19 ago. 2018.

CIBOTTO, R. A. G.; OLIVEIRA, R. M. M. A. O conhecimento tecnológico e pedagógico do conteúdo (TPACK) na formação inicial do professor de matemática. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 8, 2013, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: UEPR, 2013.

FILATRO, A. Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2010. FILATRO, A. Design instrucional na prática. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2008.

GABARRONE, M. R. Cocriação didática: o processo colaborativo de produção de material didático para curso semipresencial. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2018.

KENSKI, V. M. Introdução: por que design instrucional? In: KENSKI, V. M. (Org.). Design instrucional para cursos on-line. São Paulo: Senac São Paulo, 2015.

KOEHLER, M. Metodologia TPACK. In: Wikipédia, 2012. Disponível em: . Acesso em: 19 nov. 2019.

KOEHLER, M. J.; MISHRA, P. What happens when teachers design educational technology? The development of technological pedagogical content knowledge. Journal of Educational Computing Research, v. 32, n. 2, p. 131-152. 2005. Disponível em: . Acesso em: 19 nov. 2019.

MATTAR, J. Design educacional: educação a distância na prática. São Paulo: Artesanato Educacional, 2014

MILL, Daniel. LIZARELLI Fabiane. Gestão organizacional: bases para pensar a estruturação da Educação a Distância. São Carlos: IPixel, 2017.

MOREIRA, M. da G. A composição e o funcionamento da equipe de produção. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson, 2009.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. Lições da sala de aula virtual: as realidades do ensino on-line. Porto Alegre: Penso, 2015. PALLOFF, R. M.; PRATT, K. O instrutor on-line: estratégias para a excelência profissional. Porto Alegre: Penso, 20

SHULMAN, L. Knowledge and teaching: foundations of the new reform. Harvard Educational Review, v. 57, n. 1, p. 1-22, 1987. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2019.

SHULMAN, L. Those who understand: knowledge growth in teaching. Educational Research, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986. Disponível em: . Acesso em: 11 set.. 2019

Módulo IV **AVALIAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.**

Apresentação

Neste módulo você estudará como se estabelecem processos de avaliação em EaD.

Objetivo

Compreender o processo de avaliação na educação a distância.

Avaliação da aprendizagem

Neste módulo, você estudará as principais ferramentas disponíveis nos AVAs, as quais contribuem para a avaliação dos alunos, como wikis, mundos virtuais, fóruns, dentre outras possibilidades. Poderá refletir sobre as particularidades da avaliação no ambiente em ambientes *on-line*.

Na educação a distância é preciso repensar a avaliação, pois ela se estabelece sobre novas formas de ensinar, aprender e, também, de avaliar. Nesse contexto, é necessário refletir sobre as concepções, estratégias e práticas avaliativas diante dos desafios da EaD, que é bastante dinâmica. Dessa forma, é essencial perceber singularidade da avaliação no contexto dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), no sentido de que a avaliação deve estar em sintonia com as características que emergem na cultura digital: autoria, coautoria, colaboração e cocriação.

Alguns aspectos são essenciais para discussão sobre a avaliação em qualquer modalidade de educação, ou seja, em processos de aprendizagem que também ocorrem na EaD, que são:

- Para o professor a avaliação se constitui em subsídio, gerando elementos para reflexão contínua acerca da sua própria prática, sobre a construção de novos percursos de ensino-aprendizagem e a retomada de conteúdos

que devem ser revisitados, ajustados ou considerados como adequados para o processo de aprendizagem.

- Para o aluno, a avaliação é um registro que pode levar a sua tomada de consciência acerca de suas aprendizagens e dificuldades e proporcionando momento para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender.
- Para a escola, a avaliação proporciona a definição de prioridades e identificação de quais aspectos das atividades educacionais demandam maior apoio.

Nesse sentido, estudaremos autores que abordam a temática de avaliação, nas concepções diagnóstica, formativa e mediadora.

Há três tipos de avaliação que são comumente utilizadas, independentemente da modalidade de ensino em que está inserida ser a presencial ou a distância, que são:

Somativa: pretende avaliar em que medida o aluno se desenvolveu na direção desejada. É utilizada ao final de um período com o objetivo de atribuir notas e/ou conceitos.

Diagnóstica: é efetuada antes do início do processo de ensino-aprendizagem e pretende determinar o nível em que o aluno domina os objetivos previstos para iniciar uma atividade ou verifica se existem alunos que já possuem o conhecimento e as habilidades previstos a fim de encaminhá-los a outros percursos de aprendizagem.

Formativa: regula a aprendizagem dos alunos e ajuda a motivá-los a esforçar-se no momento adequado, assegurando que cada estudante tenha dominado as o que foi proposto antes do início de atividades subsequentes. Essa avaliação tem como principal objetivo determinar em que nível o aluno dominou determinado conhecimento, habilidade ou competência e detectar em que medida não houve domínio.

Contribui tanto com o professor, quanto com o aluno, porque podem passar a focar a aprendizagem específica necessária ao domínio do que foi proposto. Sob a perspectiva de uma avaliação em processo se considera o processo de aprendizagem de forma preventiva e diagnóstica; buscando verificar se o estudante está aprendendo, desempenhando assim papel central no processo de ensino e aprendizagem. Por meio de um acompanhamento processual da participação dos estudantes pode-se detectar as dificuldades e necessidades que os estudantes apresentam, de modo a reorientar os seus estudos e atendê-los no que for preciso.

O tipo de avaliação defendida por pesquisadores do campo da educação e presente em documentos oficiais brasileiros, como os Parâmetros curriculares nacionais, é a formativa, e sob essa perspectiva o professor também precisa rever a sua função docente, reconhecendo o aluno como centro do processo educativo.

Cabe destacar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não se posiciona claramente quanto ao tipo de avaliação a ser implementada, falando de forma rasa sobre procedimentos de avaliação. A função avaliativa é mencionada



inicialmente na BNCC, no item que trata da “Base Nacional Comum Curricular e currículos”, porém de modo incompleto, sem contribuir para o seu entendimento.

Discorrendo sobre as “decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade dos sistemas de ensino e das instituições escolares, considerando o contexto e as características dos alunos”, o documento estabelece que essas decisões se referem a várias ações, dentre elas: “construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levam em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos

alunos”. A inclusão desta ação, sem anteriormente defender uma concepção de avaliação formativa, é equivocada por reduzi-la à aplicação de procedimentos e por associá-la simplesmente a resultados, dando a impressão de ser este seu objetivo, o que seria um retrocesso com relação ao entendimento sobre avaliação.



A avaliação inicia com o planejamento da disciplina, momento em que o professor reflete sobre os objetivos de aprendizagem que seus alunos devem alcançar. Nesse sentido, o momento do planejamento precisa ser entendido como a definição de objetivos que serão propostos no plano de ensino, os quais devem orientar a prática no decorrer da disciplina.

Os objetivos de aprendizagem (pensados para o aluno) devem servir como referência para a avaliação, permitindo ao professor estabelecer critérios a serem considerados nas avaliações, e planejar por quais meios e em quais momentos realizará atividades avaliativas. Simultaneamente, o olhar sobre os objetivos pode orientar o aluno sobre o que será exigido dele, nessas atividades.

Os instrumentos de avaliação são os recursos utilizados para se obter as informações que subsidiam a avaliação. Todos os instrumentos de coleta de dados para a avaliação da aprendizagem são úteis, desde que sejam adequados aos objetivos da avaliação, isto é, adequados às necessidades e ao objeto da ação avaliativa. A escolha dos instrumentos deve considerar as diversas capacidades e aos diversos tipos de conteúdo a serem avaliados.

Considerando o contexto da EaD, os professores e tutores precisam estar atentos à evolução (ou não) de cada estudante no processo educacional, pois dessa forma é possível identificar e intervir nas causas que conduzem à reprovação em disciplinas e à evasão do curso.

Os instrumentos de avaliação aplicados quando o professor avalia uma produção do aluno, precisam retornar para o estudante com comentários suficientemente consistentes sobre os erros identificados, de forma a permitir que o aluno entenda no que errou e possa reorientar seu percurso de aprendizagem. Os comentários do professor ou tutor na EaD, em geral, são chamados pelo termo *feedback*, e esse *feedback* deve ser orientado por critérios de avaliação claros e em consonância com os objetivos de aprendizagem.

O *feedback* do professor aos alunos é utilizado como estratégia de avaliação e acompanhamento contínuo do processo de ensino e aprendizagem. É por meio do *feedback* que os alunos vão entender em quais conteúdos precisam investir mais tempo de estudo, ou qual comportamento e atitudes podem ser mantidas ou repetidas com objetivo de aprender o que foi proposto em seu curso.

A partir das reflexões realizadas, conclui-se que a avaliação tem algumas finalidades:

- i) acompanhar o processo de construção do conhecimento pelo estudante;
- ii) diagnosticar suas lacunas e defasagens, bem como suas conquistas e,
- iii) ajudá-lo a superar suas dificuldades a cada nova unidade de ensino.

Ferramentas de avaliação em EaD

Os ambientes virtuais de aprendizagem possuem diversas ferramentas, que podem ser síncronas, quando a comunicação acontece em tempo real, como em chats, games, videoconferências, etc.; ou assíncronas, caso em que a comunicação não necessariamente acontece em tempo real (tarefa, wiki, fórum).

As ferramentas interativas e adequadas para o ambiente *on line* são utilizadas didaticamente para que a experiência do aluno seja envolvente, sendo que tais ferramentas fornecem subsídios para a avaliação. Esses instrumentos estão disponíveis nos AVAs, que são softwares desenvolvidos com interfaces que buscam promover a comunicação e a interação do aluno com o conteúdo, com o professor, com os tutores, com os colegas de curso, etc.



Fonte: Imagem Freepick.com

Cada ferramenta proporciona um tipo e um nível diferente de envolvimento, e facilita a compreensão de determinados tipos de conteúdos. As ferramentas síncronas, por exemplo, ampliam espaços de sociabilidade e interação, reforçando a criação de vínculos de pertencimento. Por outro lado, as interfaces assíncronas, sem comunicação em tempo real, apresentam a vantagem de possibilitar ao estudante mais momentos de reflexão. Por exemplo, um fórum de discussão, ou de dúvidas (tipo “Fale com o tutor”) é uma canal que favorece o pensar antes de escrever, e as informações são registradas para posteriormente serem analisadas (ALVES; BARROS; OKADA, 2009).

Essas ferramentas, sob a perspectiva da avaliação, permitem ao professor acompanhar o percurso do estudante em um curso a distância, pois fornecem dados que podem ser coletados para uma avaliação. A forma de visualização e coleta desses dados pelo docente vai depender de qual AVA ele está utilizando, mas de forma geral, os AVAs disponibilizam dados sobre quase todas as ações relevantes dos estudantes no ambiente.

A seguir, você vai analisar as principais contribuições de ferramentas disponíveis em AVAs para processos de avaliação em EaD.

Fórum

O fórum possibilita construir o conhecimento de forma colaborativa e cooperativa a partir de questões, ou da discussão acerca de conteúdo de textos, filmes, reportagens, charges ou qualquer conteúdo que o professor julgue que suscite discussões pertinentes e relevantes para o curso. Sob a perspectiva avaliativa, o fórum oportuniza a avaliação dialógica, em que se pode acompanhar o desenvolvimento do aluno, com relação à forma como colocou sua contribuição e o conteúdo desta.

Wiki

A wiki também tem como objetivo a construção colaborativa de conhecimento, o compartilhamento de informações em rede e o desenvolvimento de competências entre pares. Oportuniza a construção de conhecimento e a interação, a troca mútua de competências e o feedback do professor. Além disso, a wiki potencializa processos de avaliação formativa. Komosinski (2000) afirma que o trabalho com as wikis incentiva o trabalho em equipe e o desenvolvimento de habilidades de interação e comunicação social. Além disso, a contribuição individual é valorizada no desempenho final do grupo. A wiki ainda cria condições para a autoria coletiva (ALMEIDA, 2005).

Tarefa

A tarefa está ligada a uma atividade (por exemplo, um desafio, a elaboração de um texto, de um desenho, de um mapa conceitual, etc.) a ser desenvolvida pelos alunos e enviada ao AVA em forma de arquivo. O objetivo principal é incentivar o aluno a buscar informações e construir conhecimento por meio de atividades de pesquisa, análise, etc. O objetivo é que o estudante assuma uma postura ativa e autônoma no processo de aprendizagem. Esse tipo de atividade permite ao aluno desenvolver sua autonomia científica na busca e na seleção de informações, bem como analisá-las antes do envio ao professor. A tarefa permite ao professor acompanhar a evolução do estudante, registrando um *feedback* e contribuindo para a formação do educando.

Lição/exercícios/ Quiz

Por meio das questões com resposta automática é possível testar a compreensão do estudante sobre determinado conteúdo, medir sua capacidade de raciocínio rápido e encadeado. Como forma de avaliar, a lição contribui para que o professor verifique as questões que o aluno tentou fazer repetidas vezes, dessa forma, é possível identificar as principais dificuldades em relação ao conteúdo. A lição também é uma ferramenta que oferece subsídios para que se acompanhe o percurso de aprendizagem do aluno.

Chat

É uma ferramenta síncrona, a qual favorece discussões interativas em tempo real entre os alunos e o professor. O objetivo é promover habilidades de síntese, senso crítico, comunicação, etc.. Pelo chat podem ser sanadas dúvidas sobre os conteúdos, o que pode auxiliar no processo de aprendizagem, dando ao professor um *feedback* sobre seu próprio conteúdo e forma de ensinar.

Webconferência

Nem todos os AVAs contam com ferramenta para realização de webconferência, mas há boas opções gratuitas para se utilizar esse recurso, como o *Hangout* do Google, ou o *Big Blue Button* que pode ser incorporado ao Moodle e a outros AVAs; além



de ferramentas disponíveis em redes sociais para transmissões ao vivo. Algumas ferramentas permitem compartilhamento de tela, disponibilização de documentos, interação por áudio, vídeo e chat. Como é uma ferramenta síncrona, apresenta dificuldades relacionadas aos tempos, porque é bastante difícil que todos os estudantes envolvidos possam participar *on line*, o que acaba por não permitir que se aplique instrumentos de avaliação relevantes com relação aos estudantes, por meio dessas ferramentas, mas por outro lado, são excelentes ferramentas de interação, que aproximam muito os relacionamentos entre os estudantes, e estes e seus professores e tutores.

Mundos virtuais e games

Os mundos virtuais em três dimensões são plataformas propícias para a educação on-line. O objetivo dos mundos virtuais e jogos é envolver as pessoas, em tempo real, em um mundo “paralelo”, com parcial ou total imersão. O intuito é que elas se sintam sujeitos ativos e participativos, assumam papéis e queiram contribuir para realizar tarefas e resolver problemas de forma cooperativa. Por se sentirem sujeitos e adotarem uma postura ativa, os participantes acabam se envolvendo mais nessas plataformas.

Na EaD, essas ferramentas estão sendo utilizadas aos poucos como AVAs e efetivas estratégias de ensino e aprendizagem. Afinal, têm a capacidade de envolver os alunos de forma muito atrativa. A interação *on line* contribui para a cooperação em torno de objetivos a serem atingidos em conjunto — o que gera campo para a observação e favorece a coleta de dados para uma avaliação participativa, na qual os alunos podem descrever sua experiência (CERIGATTO, 2018).

Saiba mais

Para entender mais profundamente e avaliar aplicações dos mundos virtuais imersivos na educação, leia o texto produzido, em 2019, por Tarouco et al, sob o título *Cognição e aprendizagem em Mundo Virtual Imersivo*, disponível no link <http://penta3.ufrgs.br/AVATAR/Livro/AVATAR-Cogni%C3%A7%C3%A3o-Aprendizagem-MundoVirtual-2018.pdf>

A avaliação nos AVAs está imbricada à interatividade e à mediação. A mediação precisa ocorrer de forma contínua e consistente, pois proporciona ao docente ou tutor uma percepção geral das construções e intervenções dos estudantes nos AVAs, dos seus progressos e dificuldades, além de permitir as reorientações das aprendizagens em curso. A mediação docente e a constante interação estimula a permanência do estudante no curso, por aproximar e em certa medida, aumentar o nível de comprometimento do aluno com o professor e seus pares.

Repensar a avaliação para o ambiente *on line* é um processo de mudança que requer do professor o entendimento das singularidades da cultura digital, assim como das necessidades do mundo atual e do público-alvo dos cursos em que atua.

No cenário da EaD, a comunicação é horizontal. Assim, o professor deixa de ser o centro das atenções na construção de conhecimento para dar espaço a múltiplas possibilidades de interação, autoria, diálogo, troca de informações e de opiniões e intervenção. Nessa condição, o docente, na perspectiva de uma avaliação interativa, passa a ser um “[...] formulador de problemas, provocador de interrogações, coordenador de equipes de trabalho” (SILVA, 2006, p. 31)

Otsuka e Rocha (2005) propuseram um modelo de suporte à avaliação formativa para ambientes de educação à distância, baseado em duas etapas, descritas no quadro 4.

| Modelo baseado em duas etapas | |
|--|--|
| Planejamento da avaliação | Desencadear: 1. Definir os objetivos da avaliação. 2. Definir os critérios para a avaliação das participações. 3. Definir formas de avaliação — autoavaliação, avaliação por pares, avaliação por um conjunto de participantes, etc. |
| Acompanhamento das participações na atividade avaliada | Observar/interpretar, comunicar, remediar (fazer as mediações necessárias): 1. Realizar o acompanhamento e a mediação das participações na atividade avaliada. 2. Fazer o ciclo de acompanhamento, que deve incluir análise (observar e interpretar) e regulação (comunicar e remediar), em um processo recorrente. |

Quadro 4- Um modelo de avaliação em EaD. Fonte: Adaptado de Otsuka e Rocha (2005).

Ainda segundo Otsuka e Rocha (2005), o modelo proposto prevê suporte tecnológico à avaliação formativa em ambientes de EaD, com objetivo de promover práticas de avaliação mais formativas mas, na prática, a “parcela

formativa” de cada avaliação dependerá fundamentalmente das intenções e ações dos formadores e aprendizes no processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Cerigatto et al (2018), se o professor não realiza as mediações necessárias e não interage nas interfaces, acaba não dialogando com os alunos. Dessa forma, não encontra elementos para acompanhar o processo de aprendizagem e a avaliação fica mais restrita. Ainda é fundamental oportunizar várias atividades interativas a partir de uma gama de ferramentas disponíveis, que depois facilitam a avaliação calcada na interatividade. Afinal, quando se abre espaço para o aluno intervir, pode-se avaliar sua interação, verificando se o aluno teve uma postura ativa ou passiva, por exemplo.

A combinação entre atividades síncronas e assíncronas contribui em muito para a coleta de dados e posterior avaliação. Os registros no ambiente virtual (fóruns, tarefa, realização de quizzes, dentre outros.) proporcionam condições para que se avalie o estudante em suas dificuldades e sucessos, por diferentes instrumentos; assim, um ambiente EaD com significativa de qualidade educacional se estabelece em função da contínua interatividade e participação.

Saiba mais

Os cursos on line abertos e massivos (Massive Open Online Courses — MOOCs) são considerados a nova “encarnação” da pedagogia massiva de curso a distância. Eles chamam a atenção por serem abertos, gratuitos e englobar os mais diversos públicos, muitas vezes em escala global, sendo que não há a presença física do professor. Diferentemente dos cursos on line tradicionais, que incluem o acompanhamento avaliativo dos alunos matriculados por um professor ou tutor, os MOOCs foram pensados para serem acessados por milhares de pessoas, facilitando a autoaprendizagem. Algumas das mais renomadas instituições acadêmicas têm ofertado MOOCs, tais como: University of California, Berkeley; MIT; Harvard; Universidad Autónoma de Barcelona; e Universidade de São Paulo.

Questão discursiva

A partir de objetivos de aprendizagem propostos em uma disciplina de um curso de Pedagogia a distância, elabore uma proposta de avaliação que:

- contemple a utilização de ferramentas síncronas e assíncronas,
- defina critérios avaliativos que correspondam às atividades com essas ferramentas e os conteúdos selecionados.

(Você fica livre para escolher a disciplina e instituição)

Considerações finais

Neste módulo, você estudou sobre os processos de avaliação na educação, considerando as particularidades dessa avaliação no contexto da educação a distância. Esse texto não esgota a discussão sobre a temática da avaliação em processos de aprendizagem na EaD. Por outro lado, pode subsidiar reflexões e discussões acerca dessa avaliação particular, realizada em contextos a distância, contribuindo para que docentes e gestores repensem seus processos de tomada de decisão, sejam eles didáticos ou no âmbito da gestão educacional, gerando encaminhamentos adequados ao desenvolvimento do estudante, principalmente no que concerne ao redirecionamento dos processos avaliativos.

Referências

ALMEIDA, M. E. E. B. Tecnologias e formação a distância de gestores escolares. ENCUEN-TRO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR UNAM. Anais... Cidade do México: México Virtual Educa, 2005.

ALVES, L.; BARROS, D.; OKADA, A. MOODLE: estratégias pedagógicas e estudos de caso. Salvador-BA: EDUNEB, 2009.

CERIGATTO, Mariana Pícaro [et al.]. Introdução à educação a distância [recurso eletrônico]. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

KOMOSINSKI, L. J. Um novo significado para a educação tecnológica fundamentado na informática como artefato mediador da aprendizagem. 2000. 146f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

OTSUKA, J. L.; ROCHA H. V. Um modelo de suporte à avaliação formativa para ambientes de educação à distância: dos conceitos à solução tecnológica. Revista Renote: novas tecnologias na educação, v. 3, n. 2, nov. 2005. Disponível em: . Acesso em: 9 ago. 2018.

SILVA, M. O fundamento comunicacional da avaliação da aprendizagem na sala de aula online. In: SILVA, M.; SANTOS, E. (Org.). Avaliação da aprendizagem em educação online. São Paulo: Edições Loyola, 2006.